



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO SETORIAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO CT- ENERG

Data: 28 de setembro de 2005

Local: Sala de reunião do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE, localizado no SCN Quadra 2 Ed. Corporate Financial Center 11º andar – Brasília-DF

Horário: De 10h às 17 h

1 - PRESENTES

1.1 - Membros Titulares do Comitê Gestor:

Augusto Cesar Gadelha Vieira (Presidente)	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Celso Pinto de Melo	Comunidade Científica-UFPE
Fernando Nielander Ribeiro	Agência FINEP
John Milne Albuquerque Forman	Comunidade Científica-ANP
Dilton da Conti Oliveira	MME
Manoel Eduardo Negrisoli	ANEEL

1.2 - Secretaria Técnica – SETEF / Agências e Participantes:

Aldo Pinheiro da Fonseca	MCT
Rita Rodrigues de Assunção	MCT
Eloiza Thompson	MCT
Cláudio Eduardo Judice	MCT
Carlos Alberto Ribeiro Avellar	ABRADEE
Laércio de Sequeira	FINEP
Carlos Alberto Pittaluga Niederauer	CNPq
Máximo Luiz Pompermayer	ANEEL
Ralph Lima Terra	ABDIB - Setor Empresarial
Adriano Duarte Filho	MCT
Adelson Gomes Ferraz	MME/CHESF
Maria Aparecida Neves	FINEP
Josimar de Oliveira Coelho	SETEF/Rio

2 - PAUTA DA REUNIÃO

- **Balanco da execução de 2005;**
- **Sugestões para as ações transversais de 2006;**
- **Outros assuntos.**

3 - ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 - Abertura:

Iniciando a reunião, o Presidente do Comitê Gestor, Dr. Augusto César Gadelha, cumprimentou os presentes e fez uma rápida apresentação informando que assumiu a Secretaria de Tecnologia e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia e foi indicado pelo Ministro para presidir o Fundo Setorial de Energia. Pediu a compreensão e o auxílio de todos, tendo em vista que esta seria a sua primeira participação como presidente desse fundo. Em seguida, solicitou que cada um dos participantes da mesa se apresentasse. Continuando, perguntou se os membros haviam recebido a décima sexta ata referente à última reunião ocorrida no dia 20.01.2005 e se alguém teria alguma observação a fazer. Como não houve manifestação, continuou referindo-se ao primeiro item da pauta que seria o balanço da execução de 2005. Na seqüência, solicitou aos representantes da FINEP e CNPq para fazerem suas apresentações com relação ao balanço.

4 – BALANÇO DA EXECUÇÃO DE 2005

O Senhor Aldo pediu permissão para que, antes das apresentações por parte das agências, fosse apresentado **resumo** do balanço geral da execução, principalmente a execução físico-financeira do fundo e, na seqüência, as agências fariam o detalhamento do estado das ações em execução. Após a aprovação do Presidente, o Sr. Aldo iniciou perguntando se todos haviam recebido o demonstrativo da execução orçamentária de 2005. Informou que esse é um documento referente ao orçamento para 2005, que foi de 75 milhões descontando-se a taxa de administração de 2% e mais 5% de despesas administrativa. Havia no início do ano um saldo livre de 69 milhões de reais, que estão sendo aplicados da seguinte maneira: a) comprometimento de recursos de exercícios anteriores; b) despesas autorizadas pelo Comitê Gestor; c) parcelas que seriam desembolsadas em 2005 de 33,7 milhões. Esse valor foi dividido da seguinte forma: CNPq – 6 milhões para os projetos e 3,6 milhões para as bolsas; FINEP – 24 milhões de reais para projetos. Ficaram 35,21 milhões, que foram divididos em 27,41 milhões para as ações transversais e 7,8 milhões de reais para as ações verticais, totalizando 68,98 milhões de reais em execução em 2005 (demonstrados na planilha Anexo I). Prosseguindo, falou sobre a tabela de execução orçamentária, que demonstra o desempenho global da execução de todos os fundos setoriais (Anexo II). Essa tabela mostra que, dos 75 milhões globais disponíveis, já foram empenhados 21,6 milhões, ou seja, 28,8%. Há empenhos liquidados em torno de 10 milhões e oitocentos mil, que correspondem a 14%; e, efetivamente pago, 9,3 milhões de reais que correspondem a 12%. Ressaltou que o desempenho do fundo de energia está um pouco abaixo em relação ao da maioria dos fundos, mas que, com relação ao exercício passado, hoje, no global ele é de 46%. Encerrando suas considerações, passou a palavra para as agências fazerem suas apresentações. Antes de iniciar as apresentações, o Presidente do Comitê, Dr. Gadelha, devido a alguns questionamentos com relação à avaliação de projetos aprovados pelo Comitê, esclareceu que a sua intenção é de que, dos 5% destinados as despesas operacionais, o Comitê possa utilizar parte desse valor para fazer reuniões de avaliação, para que todos os membros possam obter mais informações a respeito dos projetos contratados.

Apresentação FINEP (Anexo III)

O Senhor Fernando Nielander Ribeiro, Finep, apresentou a performance orçamentária do que foi realizado de 2001 até 2004. Distribuiu uma planilha consolidada que mostrava as 31 ações aprovadas e sob a responsabilidade da Finep. Essa planilha demonstrava a quantidade de projetos aprovados para cada uma dessas ações, como também o valor que foi efetivamente aprovado para cada uma delas. Explicou que dessas 31 ações resultaram em 209 projetos contratados, representando 222 milhões comprometidos e que há

ainda cerca de 90 milhões a desembolsar para esses projetos resultantes de ações de 2001 a 2004. Ressaltou, ainda, que nesse período foram desembolsados 130 milhões.

Apresentação CNPq (Anexo IV)

O Senhor Carlos Alberto Pittaluga Niederauer, do CNPq, na sua apresentação, demonstrou a situação do que foi executado até agosto/2005. Falou das onze ações que envolvem 66 instituições e que a maioria foram resultantes de editais do próprio CNPq. Continuando, esclareceu que foram 13 editais da FINEP em 2002, 2003 e 2004 que tiveram bolsas implementadas pelo CNPq e mais um programa do próprio Ministério, o de célula a combustível. Prosseguindo, falou sobre os três editais lançados em 2005 (demonstrados no Anexo IV): P&D, Combustão & Gaseificação e o Edital Universal do CNPq, sendo que neste o CT-Energ teve 56 projetos contemplados. Esclareceu, ainda, que o Edital 29/2004 – Combustão e Gaseificação que, apesar de ter sido lançado em 2004, a sua segunda fase, para formação de Redes, só foi lançada em 2005; e que foram 7 redes aprovadas, envolvendo 6 instituições. Mencionou, também, sobre o Programa Brasileiro de Sistemas Células a Combustível – PROCAC - uma ação do MCT, que envolve bolsas de mestrado e doutorado e redes de combustíveis e hidrogênio, eletrólito polimérico e óxido sólido.

O Senhor Celso Pinto de Melo, representante da Comunidade Científica-UFPE, perguntou se essas redes foram aprovadas especificamente pelo Comitê Gestor nesses títulos ou se foram aprovadas em geral e depois implementada pelo CNPq.

Senhor Adriano Duarte Filho (MCT), que é o coordenador da ação de célula a combustível, respondeu que existe um Programa aprovado pelo Ministério PROCAC – Programa Brasileiro de Sistemas Célula a Combustível e que, dentro desse Programa, o Comitê Gestor destinou recursos para as seguintes ações: formação de redes de pesquisa com a organização de reuniões e seminários, desenvolvimento de Recursos Humanos, capacitação de laboratórios e organização de reuniões e seminários. Disse, ainda, que para esse ano há valores aprovados para o início de projetos cooperativos de pesquisa para essas três redes já formadas.

O Sr. Aldo (MCT) falou sobre a planilha que foi distribuída aos membros (Anexo V), que traz as ações transversais e ações verticais de uma forma mais detalhada pelos eixos de programação de planejamento do MCT, e que indica a situação de cada uma das ações e de cada um dos projetos que estão sendo executados.

5 – SUGESTÕES PARA AS AÇÕES TRANSVERSAIS DE 2006

O Sr. Aldo (MCT) fez uma demonstração da tabela de disponibilidade orçamentária para 2006 (Anexo VI). Informou que a previsão de arrecadação acertada com o governo e com a SOF foi de 176 milhões. Esse valor foi distribuído em dois cenários: no primeiro, há uma previsão de 105 milhões, baseado no que expressa a LDO, que pressupunha um teto máximo de contingenciamento de 40%; no segundo, há uma disponibilidade de 79 milhões, e é o que está no projeto de lei orçamentária do governo. Disse ainda que esses valores, descontando-se as taxas das despesas operacionais e também valores já comprometidos em exercícios anteriores, somam 27 milhões, ficam portanto, disponíveis para as ações transversais e verticais de 2006, 70 milhões no primeiro cenário; e 46 milhões no segundo.

O Sr. John Forman propôs ao Comitê trabalhar apenas com o primeiro cenário. Sr. Dilton da Conti concordou com a proposta. O Sr. Fernando Nielander também concordou, mas desde que se trabalhe com planejamento plurianual, tendo em vista que, apesar de as ações serem traçadas para iniciar no exercício seguinte, elas terão impacto sobre exercícios subsequentes.

O Sr. Manoel Negrisole (ANEEL) ressaltou a divergência entre o valor apresentado na planilha de 176 milhões e o valor administrado pela ANEEL para o exercício de 2005, que foi de 220 milhões. Para o próximo ano, há um acréscimo que deverá chegar a 280 milhões, além disso afirmou que o valor apresentado, de 176 milhões, foi subestimado, não correspondendo ao arrecadado.

O Sr. Aldo (MCT) esclareceu que, apesar da perspectiva de arrecadação ser maior para o próximo ano, o valor constante da planilha foi o autorizado pelo Ministério do Planejamento e apresentado pela SOF. Esse seria o número com o qual se poderia trabalhar oficialmente. Sugeriu, ainda, para os próximos anos, a participação da ANEEL nas discussões com a área econômica para a definição dos valores disponíveis.

O Presidente do Comitê, Dr. Gadelha, propôs que a ANEEL fosse consultada quanto aos valores arrecadados, para que esses dados sejam utilizados como moeda de negociação com a SOF. Disse também, que isso ficaria como deliberação para que, na próxima reunião, haja uma solicitação à ANEEL e FINEP para que façam essa

previsão da arrecadação do próximo ano, a qual deverá ser transmitida ao Presidente do Comitê, que a levará ao conhecimento do Ministro e da Secretaria Executiva dos fundos setoriais, para negociação em nível de modificação desses limites.

Em seguida, a Senhora Maria Aparecida Neves (FINEP) fez alguns esclarecimentos sobre o documento de gestão dos Fundos Setoriais (Anexo VII), constante das pastas. Disse que esse é um documento que traz os quatro eixos com os quais Ministério vem trabalhando, que são: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, Objetivos Estratégicos Nacionais do Ministério e Inclusão Social. Informou que o novo Ministro vem dando uma ênfase muito grande à participação dos Comitês Gestores nas escolhas das ações transversais. Esclareceu, ainda, que de acordo com o calendário constante desse documento, as propostas para as ações transversais deverão ser encaminhadas até o dia 14 de outubro, por meio eletrônico, para o endereço indicado no documento, para sua consolidação e compilação. Nessa mesma linha, o Sr. Aldo explicou que o valor a ser aplicado nas ações transversais foi pré-definido em, no mínimo, 50%, mas que a definição final será do Comitê Gestor.

Para cumprimento do calendário, Dr. Gadelha solicitou aos membros que preenchessem o formulário com suas sugestões de ações transversais e o enviassem até o dia 14 de outubro. Havendo alguns questionamentos com relação ao tempo que o Comitê teria para analisá-los, Dr. Gadelha, propôs aos demais membros do Comitê uma reunião extraordinária no dia 07 de novembro para que as propostas fossem analisadas pelo Comitê antes da reunião do dia 23 de novembro, quando serão definidas a quais ações o Comitê destinará os recursos disponíveis. Todos os membros concordaram.

O Sr. John Milne indagou a respeito da planilha das ações transversais apoiadas pelo CT-Energ em 2005. Conforme as informações constantes dela, algumas das ações ainda aguardam definição ou manifestação da instituição. Diante disso, recomendou aos demais membros que fosse feita uma avaliação dessas ações pendentes, especificamente com relação à Amazônia e, uma vez que não houve demonstração de interesse por parte da instituição em apresentar os projetos que eles não recebam recursos do CT-Energ. Aconselhou que, no momento de se encaminhar propostas de ações transversais, se possa também sugerir que as propostas que não atingirem a demanda de forma adequada não sejam contempladas. Nessa mesma linha, o Sr. Dilton da Conti propôs que, antes de se desaprovar o projeto em si, fosse feita uma avaliação para averiguar se o que houve foi realmente falta de interesse e se ele é pertinente ou não.

Dr. Gadelha propôs que se fizesse uma avaliação de todos os projetos que estão tendo problema de liberação. Em seguida, o Sr. Fernando Nielander se comprometeu a trazer para próxima a reunião um balanço de cada projeto, indicando o tipo de problema e onde ele ocorreu. Comentou que esse balanço poderá ser enviado eletronicamente aos membros antes da reunião, quando todos poderão concordar ou não com as medidas apresentadas.

6 – OUTROS ASSUNTOS

O Presidente propôs aos membros utilizar parte dos 5% dos recursos destinados às despesas operacionais, para se promover, não somente o contrato de consultores “*ad hoc*” para visitar e avaliar os projetos, como também a realização de um seminário ou um fórum de avaliação e acompanhamento, tanto dos projetos como das ações das agências CNPq, FINEP e do próprio MCT.

Sr. John Milne ressaltou a importância de se fazer um evento como esse e considerou que a avaliação deveria ser feita com base em um seminário. O Senhor Ralph concordou com a proposta e acrescentou que esse tipo de avaliação, além de proporcionar uma boa análise qualitativa e quantitativa, elimina qualquer possível aspecto pessoal de determinado consultor.

Sr. Fernando Nielander questionou se deveria ser feita uma avaliação de todas as ações ou se concentrar apenas em algumas. Sr. John discordou por considerar mais positivo fazer a avaliação global. Sr. Dilton concordou com a idéia de se fazer em conjunto. Sr. Carlos Avellar também concordou com a idéia, mas sugeriu que, num primeiro momento, ao invés de se fazer uma avaliação com todos os projetos, os mais significativos fossem classificados por prioridade de valor, ou até mesmo de importância para o setor. Dr. Gadelha sugeriu que se formasse um grupo de trabalho, incluindo pessoas do CNPq, FINEP e do MCT, para,

dentro das linhas apresentadas, tentar organizar um seminário de avaliação. Após alguns questionamentos, todos concordaram e definiram a data do evento para setembro do próximo ano. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos.

7 - ASSINATURAS

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

Presidente do Comitê Gestor

CELSO PINTO DE MELO

Representante da Comunidade Científica/UFPE

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO

Representante da FINEP

JOHN MILNE DE ALBUQUERQUE FORMAN

Representante da Comunidade Científica

DILTON DA CONTI OLIVEIRA

Representante MME

MANOEL EDUARDO NEGRISOLI

Representante ANEEL

ANEXO I

